

Sexta-feira, 15 de junho de 2012

Decisão sobre titularidade pode sair a qualquer momento

Já está disponível para julgamento a ação civil pública protocolada pelo Sintego para reaver a titularidade dos professores da rede estadual de ensino.

No dia 21 de maio as informações prestadas pelo Estado foram juntadas ao processo e, desde o dia 5 de junho, os autos estão conclusos para sentença do juiz Eduardo Pio Mascarenhas, da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, fato que gera expectativas de uma decisão rápida.

"Aguardamos agora uma decisão rápida da justiça, com

sentença favorável aos professores da rede estadual, que já foram bastante prejudicados pelas medidas do governo", pondera lêda Leal, presidenta do Sintego.

Ação

A ação civil pública foi protocolada pelo Sintego no Tribunal de Justiça de Goiás dia 29 de fevereiro de 2012, sob o nº 201200725730 e abrange professores da ativa e aposentados e exige a suspensão dos efeitos das leis estaduais 17.508/11 e 17.557/12, dada a

sua inconstitucionalidade. A ação civil pública tem por fundamento decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que não permite a utilização de gratificações para se somar ao vencimento do trabalhador da educação, a fim de se atingir o valor do piso salarial. Assim, a extinção das gratificações de titularidade, da forma como foi feita pelo Governo do Estado de Goiás, é ilegal e inconstitucional, ante o princípio, consagrado na Carta Magna de 1988, que veda reduções remuneratórias do servidor.

PNE: relatório é aprovado com investimento de 8% do PIB, com possibilidade de chegar a 10%

Foi aprovado nessa quarta-feira (13), na Câmara dos Deputados, o texto principal do Plano Nacional da Educação (PL 8035/10). Após a sessão de terça-feira, o relator Angelo Vanhoni (PT-PR) realizou duas alterações na meta 20 do parecer, que trata da execução das metas do Plano. Uma delas é a definição de que o investimento público na Educação será de 8% do Produto Interno Bruto (PIB), de forma direta.

A segunda mudança prevê o investimento de 50% dos recursos provenientes dos royalties do Pré-

sal no setor, garantindo que, desta forma, ao final de dez anos sejam investidos pelo menos 10% do PIB na área.

Apesar dos 10% finalmente terem sido incorporados ao texto do relatório principal do PNE, os deputados que reivindicavam a aplicação direta desse percentual não ficaram satisfeitos. Segundo eles, os recursos advindos do Pré-Sal ainda não estão garantidos e não se sabe qual é o seu montante.

O Coordenador do Departamento de Funcionários da CNTE, Edmilson Lamparina, acompanhou

a votação e tem a mesma opinião sobre o tema. "Ficou a dúvida se realmente os recursos do Pré-sal serão suficientes para se alcançar os 10% para a educação", destacou o dirigente.

Uma das possibilidades levantadas pelos parlamentares seria mudar a lei do Pré-Sal. Outra alternativa seria aprovar destaque ao parecer original mudando o investimento de 8% para 10%, de forma direta. A análise dos destaques ficou agendada para o dia 26 de junho.

Fonte: CNTE

INTERIOR

Sintego conquista Piso em Goianésia

Após sucessivas audiências e muito diálogo, o prefeito municipal de Goianésia, Gilberto Batista Naves, cedeu nas negociações com o Sintego e firmou compromisso de pagar o Piso Nacional do Magistério aos professores da rede municipal de ensino, a partir deste mês de junho. A diferença de janeiro a maio serão negociadas numa próxima reunião.

Ficou acordado que ainda esta semana a prefeitura enviará projeto de lei que obriga a correção do percentual do Piso todos os anos, no mês de janeiro, como prevê a Lei 11.738/08, para aprovação da Câmara de Vereadores.

"Não foi fácil conseguirmos esta vitória. A força do diálogo, da luta, da organização e o empenho dos trabalhadores da rede municipal e da direção do Sintego venceram as resistências. O prefeito acabou convencido de que o cumprimento da lei do Piso, mais que uma responsabilidade do gestor, é uma questão de comprometimento sério com a qualidade da educação pública", comemora Rosária Nogueira da Abadia, presidenta da Regional do Sintego de Goianésia.



Com mais essa conquista em Goianésia, já são cinco as prefeituras atendidas pela Regional que passam a cumprir a lei do Piso. As outras são Jesópolis, São Francisco de Goiás, Jaraguá e Santa Rita do Novo Destino. Agora a luta do Sintego na região passa a ser focada nas cidades de Vila Propício, Barro Alto e Santa Isabel.

Conquistas Asseguradas:

- Gratificação de Titularidade de 25%;
- Gratificação de Incentivo – uso de

- tecnologia: 5%;
- Quinquênios e gratificações horizontais;
- Assinatura de todos os processos de Progressões verticais e horizontais para o final deste mês de junho;
- Ainda uma folha complementar de pagamento referente ao mês de junho das diferenças somadas a partir da publicação da lei aprovada pela Câmara até o último de dia do mês de junho.

Sintego assina carta da Lei da Ficha Limpa



A presidenta do Sintego, lêda Leal, assinou a carta aberta à sociedade em que 21 entidades reafirmam o compromisso de continuar exigindo que o poder público observe os princípios da Lei da Ficha Limpa na contratação de cargos de confiança, em todos os níveis da administração pública. A carta é uma iniciativa da OAB GO e faz parte da campanha Ficha Limpa, lançada no dia 26 de março. A assinatura ocorreu durante evento realizado nessa quarta-feira (13).

"O Sintego sempre lutou por um serviço público de qualidade e entende que para isso acontecer é preciso que os cargos sejam ocupados por pessoas com retidão de caráter e idoneidade ética, por isso, aderimos à campanha da OAB que veio em muito boa hora", disse lêda.

O presidente da OAB, Henrique Tibúrcio dividiu o sucesso da iniciativa com as entidades participantes e disse que a campanha só será encerrada quando alcançar seu objetivo. "Essa não é uma campanha da

OAB, a Ordem simplesmente lançou uma semente que encontrou vários agricultores é uma campanha permanente e que só vai ter fim quando alcançar seu objetivo. Afinal, para cuidar da coisa pública é preciso, realmente, ter a ficha limpa", afirmou.

Assinaturas

Até agora, a campanha coletou mais de 10 mil assinaturas em pouco mais de dois meses, por meio do site www.fichalimpagoias.com.br, e conseguiu a aprovação de leis e decretos pelo governo do Estado, Assembleia Legislativa e municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Jataí, Chapadão do Céu, Morrinhos, Serranópolis, Aparecida de Rio Doce, Itarumã e Perolândia. Esse número, contudo, deve ser aumentado, visto que em outros municípios, como Goiânia, ainda tramitam leis dessa natureza.

Entidades

As entidades que aderiram à campanha são: Câmara de Dirigentes Logistas (CDL), Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Goiás (Sinapro Goiás),

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Goiás (Sindipúblico), Associação do Comércio e Indústria do Estado de Goiás (Acieg), Abrasel, Fórum Jovem Empresarial, Associação Goiana dos Advogados Públicos e Autárquicos (Agapa), Associação Goiana dos Advogados Trabalhistas (Agatra), Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGT), Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça do Estado de Goiás (Sindijustica), Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás, Grande Oriente do Estado de Goiás, Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo (Abrajt), Centro Acadêmico de Direito da PUC-GO (C.A. Clóvis Bevilacqua), Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego), Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), Sindicato do Comércio Varejista no Estado de Goiás (Sindilojas) e Nova Central Sindical de Trabalhadores no Estado de Goiás (NCST-GO).

Expediente

Presidenta: lêda Leal . Secretária de Imprensa e Divulgação: Ugo Giannotti .
 Jornalista: Nara Serra - GO 1845 JP . Diagramação: Luciana Quixabeira

Sítio: www.sintego.org.br . E-mail: imprensa@sintego.org.br
www.facebook.com/sintego . www.twitter.com/sintego